Demonstrações Financeiras

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração dos resultados abrangentes 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC SP-251558/O

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$))

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**18.321**	641
Contas a receber	**12**	**2.833**	4.331
Dividendos a receber	**12**	**69.914**	36.649
Tributos a recuperar		**75**	158
Outras créditos		**1**	-
		91.144	41.779
Não circulante			
Investimento	**5**	**335.740**	326.321
		335.740	326.321
Total do ativo		**426.884**	368.100

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$))

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	**11**	**-**	5.183
Obrigações tributárias		**36**	24
Dividendos a pagar	**11**	**95.709**	37.188
		95.745	42.395
Patrimônio líquido			
Capital social	**7**	**62.641**	62.641
Dividendos propostos		**66.414**	-
Reservas de lucros	**7**	**62.641**	120.646
Ajustes de avaliação patrimonial	**7**	**139.443**	142.418
Total do patrimônio líquido		**331.139**	325.705
Total do passivo e do patrimônio líquido		**426.884**	368.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$))

	Notas	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	**8**	**(51)**	(48)
Resultado com equivalência patrimonial	**5**	**146.921**	131.465
Outras receitas e despesas		**(33)**	-
		146.837	131.417
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		**146.837**	131.417
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	**9**	**281**	192
Despesas financeiras	**9**	**(25)**	(18)
		256	174
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**147.093**	131.591
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**10**	**(29)**	(21)
		(29)	(21)
Lucro líquido do exercício		**147.064**	131.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$))

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**147.064**	131.570
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	**-**	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**147.064**	131.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$))

	Nota	Capital social	Dividendos Propostos	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2022		94.886	-	19.035	89.738	145.351	-	349.010
Ajuste da avaliação patrimonial	**7.c**	-	-	-	2.933	(2.933)	-	-
Reversão da reserva legal	**7.b**	-	-	(6.507)	6.507	-	-	-
Redução de capital	**7.a**	(32.245)	-	-	-	-	-	(32.245)
Declaração de dividendos ocorridas no	**7.d**	-	-	-	(89.737)	-	-	(89.737)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	131.569	131.569
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(32.892)	(32.892)
Reserva de Lucros		-	-	-	98.677	-	(98.677)	-
Em 31 de dezembro de 2023		62.641	-	12.528	108.118	142.418	-	325.705
Ajuste da avaliação patrimonial	**7.c**	**-**	**-**	**-**	**2.975**	**(2.975)**	**-**	**-**
Declaração de dividendos ocorridas no	**7.d**	**-**	**-**	**-**	**(104.864)**	**-**	**-**	**(104.864)**
Dividendos propostos		**-**	**66.414**	**-**	**(66.414)**			
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**147.064**	**147.064**
Dividendos mínimos obrigatórios	**7.d**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(36.766)**	**(36.766)**
Reserva de Lucros	**7.d**	**-**	**-**	**-**	**110.298**	**-**	**(110.298)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2024		**62.641**	**66.414**	**12.528**	**50.113**	**139.443**	**-**	**331.139**

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto		**147.093**	131.591
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Resultado de equivalência patrimonial	**5**	**(146.921)**	(131.465)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		**1.498**	(4.331)
Tributos a recuperar		**83**	(34)
Outros creditos		**(1)**	-
Dividendos recebidos		**101.403**	128.458
Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores		**(5.183)**	8
Impostos e contribuições a recolher		**2**	2
(-) Imposto de renda e contribuições sociais pagos		**(18)**	-17
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**97.956**	124.212
Atividades de investimento			
Aumento de capital em empresas investidas	**5**	**-**	14.796
Redução de capital em empresas investidas		**2.833**	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**2.833**	14.796
Atividades de financiamento			
Redução de capital	**7**	**-**	(27.071)
Dividendos pagos		**(83.109)**	(111.369)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(83.109)**	(138.440)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		**17.680**	568
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		**641**	73
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		**18.321**	641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE ("COINCE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, que tem por objeto a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista, e têm como controladas do ramo energético, as empresas Serra Negra Energética S.A. ("Serra Negra"), Caçador Energética S.A. ("Caçador"), Linha Emília Energética S.A. ("Linha Emília") e Cotiporã Energética S.A. ("Cotiporã").

As empresas controladas atuam no segmento de geração de energia por meio de fontes alternativas no âmbito do PROINFA, conforme Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei n° 10.762, de 11 de novembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n° 5.025, de 30 de março de 2004, para a construção, a implantação e a exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

As controladas da Companhia detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), na forma de produtores independentes:

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Piranhas	**18,0**	345/1999	Dez/2036	Piranhas - GO
Caçador	**22,5**	449/2000	Out/2038	Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS
Cotiporã	**19,5**	452/2000	Dez/2038	Cotiporã - RS
Linha Emília	**19,5**	448/2000	Jan/2039	Dois Lajeados - RS
Total	**79,5**			

A sua controlada Serra Negra Energética S.A., detentora da PCH Piranhas, foi constituída em 31 de março de 2005 e entrou em operação em 8 de dezembro de 2006. O empreendimento teve seu prazo de outorga ajustado para dezembro de 2036, por meio da Resolução Autorizativa n° 11.023/2022, nos termos da Lei n° 14.120, de 1° de março de 2021.

A sua controlada Caçador Energética S.A., detentora da PCH Caçador, foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 31 de outubro de 2008. O empreendimento teve seu prazo de outorga ajustado para outubro de 2038, por meio da Resolução Autorizativa n° 11.023/2022, nos termos da Lei n° 14.120, de 1° de março de 2021.

A sua controlada Cotiporã Energética S.A., detentora da PCH Cotiporã, foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 23 de dezembro de 2008. O empreendimento teve seu prazo de outorga ajustado para dezembro de 2038, por meio da Resolução Autorizativa n° 11.023/2022, nos termos da Lei n° 14.120, de 1° de março de 2021.

A sua controlada Linha Emília Energética S.A,, detentora da PCH Linha Emília, foi constituída em 1º de junho de 2001] e entrou em operação em 31 de janeiro de 2009. O empreendimento teve seu prazo de outorga ajustado para janeiro de 2039, por meio da Resolução Autorizativa n° 11.023/2022, nos termos da Lei n° 14.120, de 1° de março de 2021

1. **Contexto operacional**--Continuação

Originalmente, o prazo de vigência de autorização das PCHs era de 30 anos contados a partir da data de publicação das Resoluções ANEEL nº 345/1999 (20 de dezembro de 1999), nº 449/2000, nº 452/2000 e nº 448/2000 (ambas 29 de novembro de 2000), encerrando em 19 de dezembro de 2029 e 28 de novembro de 2030, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidas para 11 de maio de 2031, 24 de novembro de 2031, 12 de novembro de 2031 e 12 de novembro de 2031, respectivamente.
Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa n° 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei n° 14.120, de 1° de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidos para 08 de dezembro de 2036, 31 de outubro de 2038, 23 de dezembro de 2038 e 31 de janeiro de 2039, respectivamente.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa n° 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorga estendidos para 30 de setembro de 2039, 05 de julho de 2042, 31 de janeiro 2042 e 13 de abril de 2042.

O período de autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei n° 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto n° 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas da Companhia possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

		Datas do contrato	
Empresa	**Clientes**	**Início**	**Vencimento**
Serra Negra	Eletrobrás (*)	30/09/2006	29/09/2026
Caçador	Eletrobrás (*)	20/10/2008	19/10/2028
Cotiporã	Eletrobrás (*)	23/12/2008	29/09/2028
Linha Emília	Eletrobrás (*)	20/06/2009	19/06/2029

(*) Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia mencionados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

A Companhia apresenta um Capital circulante líquido negativo de R$ 616. As ações tomadas pela Companhia para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a diretoria da Companhia entende que o acionista, que possui capacidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R$4.601 (R$616 negativo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de dividendos a pagar que em 2024 tem o valor de R$95.709 (R$37.188 em 2023). Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R$147.604 (R$131.570 de lucro em 2023) e apresentou fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R$97.956 (R$124.212 em 2023).

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 07 de abril de 2025.

2.2. Não Apressentação de demonstrações consolidadas

A Companhia optou pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em consonância com o estabelecido no Pronunciamento Contábil CPC 36, visto que sua controladora Elera Renováveis S.A apresenta anualmente suas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.2 Declaração de relevância

A diretoria da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a firetoria afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com às utilizadas pela diretoria na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 9);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.7);
- Provisão para desmantelamento de ativos (nota 14); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 22).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas de ressarcimento de energia a receber, partes relacionadas, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.2 Instrumentos financeiros—Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, despesas antecipadas, estoques e empréstimos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A diretoria da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment.*

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. **Políticas contábeis materiais**—Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**—Continuação

ii) Passivos financeiros—Continuação

b) *Mensuração subsequente*—Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.2 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.3 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A diretoria periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.
tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro real.

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.5 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.6 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024

A diretoria da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identifcaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade (*Lack of Exchangeability*)	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras.	Novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados, além de definições de categorias.	01.01.2027

A diretoria da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	**5**	23
Aplicações financeiras (*)	**18.316**	618
Total	**18.321**	641

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	**18.317**	618
			18.317	618

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente

5. Investimento

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
Controladas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Serra Negra Energética S.A.	70,00%	70,00%	**55.226**	58.539	**34.354**	29.145	**38.658**	40.977	**24.048**	20.401
Caçador Energética S.A.	100,00%	100,00%	**99.735**	95.238	**43.724**	37.472	**99.735**	95.238	**43.724**	37.472
Cotiporã Energética S.A.	100,00%	100,00%	**106.373**	96.053	**40.324**	37.033	**106.373**	96.053	**40.324**	37.033
Linha Emília Energética S.A.	100,00%	100,00%	**90.974**	94.052	**38.825**	36.559	**90.974**	94.052	**38.825**	36.559
Total			**352.308**	343.882	**157.227**	140.209	**335.740**	326.321	**146.921**	131.465

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	**Saldo em 2023**	**Equivalência patrimonial**	**Redução de Capital**	**Declaração de dividendos**	**Saldo em 2024**
Serra Negra Energética S.A.	40.977	**24.048**	**-**	**(26.367)**	**38.658**
Caçador Energética S.A.	95.238	**43.724**	**-**	**(39.227)**	**99.735**
Cotiporã Energética S.A.	96.053	**40.324**	**-**	**(30.004)**	**106.373**
Linha Emília Energética S.A.	94.052	**38.825**	**(2.833)**	**(39.070)**	**90.974**
Total	326.320	**146.921**	**(2.833)**	**(134.668)**	**335.740**

5. **Investimento**--Continuação

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Redução de Capital	Declaração de dividendos	Saldo em 2023
Serra Negra Energética S.A.	38.254	20.401	-	(17.678)	40.977
Caçador Energética S.A.	100.113	37.472	(3.787)	(38.560)	95.238
Cotiporã Energética S.A.	97.948	37.033	(4.633)	(34.295)	96.053
Linha Emília Energética S.A.	100.977	36.559	(6.376)	(37.107)	94.052
Total	337.292	131.465	(14.796)	(127.640)	326.320

Principais informações sobre as empresas controladas

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Serra Negra Energética S.A.	**74.227**	**19.001**	**55.226**	**34.354**	67.745	9.206	58.539	29.145
Caçador Energética S.A.	**120.735**	**21.000**	**99.735**	**43.724**	110.333	15.095	95.238	37.472
Cotiporã Energética S.A.	**126.556**	**20.183**	**106.373**	**40.324**	108.370	12.317	96.053	37.033
Linha Emília Energética S.A.	**139.111**	**48.137**	**90.974**	**38.825**	114.046	19.994	94.052	36.559

6. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela diretoria, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 62.641, dividido em 91.063.670 (noventa e um milhões e sessenta e três mil e seiscentos e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de outubro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Companhia em R$ 32.245, sem o cancelamento de ações

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

Conforme previsto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

A diretoria irá propor na próxima Assembleia Geral Ordinária conforme disposto no artigo 199 da nº 6.404/76 alterado pela Lei nº 11.638 que o saldo das Reservas de Lucros que excede o total do Capital Social irá ser aplicado na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

7. **Patrimônio líquido**--Continuação

b) Reservas de lucros—Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros--Continuação*

Conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de reservas de lucros é superior ao capital social e, portanto, esse excesso precisa ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária durante o ano de 2025 através da distribuição de dividendos complementares ou pelo aumento de capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas da Companhia, realizada em 1° de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 (para a controlada Linha Emília) em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

Lucro líquido do exercício	**147.064**	**131.569**
Constituição da reserva legal 5%	-	-
Lucro líquido ajustado	147.064	131.569
Dividendos mínimo obrigatório 25%	(36.766)	(32.892)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.975	2.933
Constituição de reserva de lucros	(110.298)	(98.677)
Lucro líquido do exercício a destinar	**2.975**	**2.933**

A movimentação da distribuição de dividendos é como segue:

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 58.943.

Em 12 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 45.921.

7. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Desta forma, totalizando R$89.737

Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a absorção da reserva legal pela reserva de lucros, no valor de R$ 6.507, uma vez que a reserva legal havia ultrapassado o limite de 20% do capital social.

Em 19 de outubro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 70.

Desta forma, totalizando R$104.864

Em 27 de fevereiro de 2023, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 89.667.

8. Divulgação das despesas por natureza

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	**(20)**	(23)
Promoção e publicidade	**(31)**	(25)
Total das despesas gerais e administrativas	**(51)**	(48)

9. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**281**	192
Total	**281**	192
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	**(25)**	18
Total	**(25)**	18

10. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	**147.093**	131.591
% do imposto	**24%**	24%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas	**(35.302)**	(31.582)
Equivalência patrimonial	**35.241**	31.552
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	**-**	-
Compensação de Prejuízos Fiscai	**32**	9
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	**(29)**	(21)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R$13.117 (em 31 de dezembro de 2023 era R$13.114). O total do prejuízo fiscal da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$38.543 (em 31 de dezembro de 2023 era R$38.572).

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da Companhia não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Redução de capital			
Linha Emília Energética S.A.	(a)	**2.833**	4.331
		2.833	4.331
Dividendos a receber			
Caçador Energética S.A.	(b)	**16.052**	11.969
Cotiporã Energética S.A.	(b)	**14.962**	9.259
Linha Emília Energética S.A.	(b)	**27.810**	10.608
Serra Negra Energética S.A.	(b)	**11.090**	4.813
		69.914	36.649
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	**-**	5.174
Elera Renováveis Participações S.A.	(c)	**-**	9
		-	5.183
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(d)	**95.709**	37.188
		95.709	37.188

(a) Redução de capital em empresas investidas
(b) Referem-se aos dividendos a serem recebidos das subsidiárias da Companhia;
(c) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como serviços de administração, operação e manutenção e outros;
(d) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Companhia.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da diretoria

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

12. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			**2023**		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	**-**	**5**	23	-	23
Aplicações financeiras	**-**	**18.316**	**18.316**	-	618	618
Contas a receber	**2.833**	**-**	**2.833**	4.331	-	4.331
Dividendos a receber	**69.914**	**-**	**69.914**	36.649	-	36.649
	72.752	**18.316**	**91.068**	41.003	618	41.621

12. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Passivos financeiros	**Custo amortizado**	**Custo amortizado**
Contas a pagar	**-**	5.183
Dividendos a pagar	**95.709**	37.188
	95.709	42.371

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos
  Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras
  São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber
  São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

12. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2024	2023
Aplicações financeiras	**18.316**	618

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

12. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

iv) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 08 de abril de 2024.